
A ÁREA CENTRAL DE LONDRINA: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA

Tânia Maria Fresca

Professora Adjunta do Departamento de Geociências da UEL

RESUMO

O presente trabalho analisa a formação e evolução da área central da cidade de Londrina-PR, objetivando entender os processos que permitiram a transformação daquele setor do espaço urbano em área central e sucessivas modificações que ocorreram na área central.

Palavras-Chave: área central, Londrina, análise geográfica.

THE CENTRAL AREA OF LONDRINA: A GEOGRAPHIC ANALYSIS

ABSTRACT

The present work analyzes the formation and evolution of the central area of the city of Londrina - PR, objectifying to understand the processes that had allowed the transformation of that sector of the urban space in central area and the successive modifications that had occurred in the central area.

Keywords: central area, Londrina, geographic analysis

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é entender aspectos do processo de formação e evolução da área central de Londrina. Tema esse que já encontra várias bibliografias, tanto na geografia, história e arquitetura, como as de Candotti (1997), Silva (2002), Castelnou (2002), Takeda (2004), Silva (2006), dentre outros. Tem uma tra-

jetória que perpassou por diferentes aspectos como motivações, objetivos e contexto. É o resultado de um trabalho iniciado em princípio dos anos de 1990, ligado às atividades didático-pedagógicas a partir das quais realizou-se várias aulas de campo tendo como foco a área central da cidade de Londrina para alunos dos cursos de história e geografia. A partir de então, foi iniciado de modo mais contundente as pesquisas e leituras em direção a entender o rápido e complexo processo de crescimento e expansão físico-territorial da cidade. Já faz tempo que a geografia suscita trabalhar com o lugar, como um dos percursos ao processo ensino-aprendizagem, bem como entender que processos gerais de produção capitalista da cidade, se realizam singularizadamente nos lugares.

A busca e apreensão de como a cidade de Londrina foi construída, permitiu os primeiros passos para discutir processos e formas espaciais (CORRÊA, 1989) ligada à área central e centralidade. Na primeira parte realiza-se uma discussão sobre a gênese de Londrina, inserida no contexto das frentes pioneiras e o processo de planejamento inicial da cidade e suas características gerais, de modo a entender a construção da área central. Seguidamente discute-se a formação da área central da cidade e as diversas etapas de transformações da área central e de sua centralidade, articulada aos processos gerais de transformação da cidade e de produção da mesma.

ENTENDENDO A ORIGEM DE LONDRINA

O que se considera atualmente como a área central de Londrina, corresponde em linhas gerais, à maior parte da cidade que foi desenhada e construída a partir de 1929 pela Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP. Muito já se escreveu sobre a gênese da cidade, a ação da CTNP, sobre o “planejamento” da cidade, etc. No entanto, é imprescindível tecer alguns comentários sobre o sentido de se criar uma cidade em meio a um grande projeto fundiário. E aqui reside o eixo interpretativo: o objetivo da CTNP era o projeto fundiário, um loteamento, isto é, dividir imensas glebas em pequenas propriedades – quer fossem chácaras, sítios, fazendas, acordes a sua área – para serem vendidas a um amplo mercado consumidor representado, sobretudo, por ex-colonos de café, imigrantes ou não, principalmente do interior do estado de São Paulo. Projeto esse que foi sendo construído entre 1924-1929, quando efetivamente a CTNP tomou posse de suas terras e montou seu primeiro acampamento com técnicos, topógrafos, mateiros, etc, para demarcação e posterior subdivisão dos lotes em propriedades agrícolas.

A década de 1920 marca um momento de grandes alterações para o entendimento do desenvolvimento brasileiro, que traz implicações para a compreensão da gênese de Londrina. Isto porque a gênese de Londrina, bem como dos processos que permitiram a ocupação da maior parte das terras do Norte do Paraná, o foram no contexto de uma fase recessiva do desenvolvimento capitalista brasileiro e mundial, cujos marcos temporais foram dados pela crise de 1929 e pela Revolução de 1930 no Brasil. Como toda fase recessiva dos ciclos longos de desenvolvimento do capitalismo, esta também trouxe repercussões negativas à inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, com contrações tanto nas exportações como nas importações industriais.

De longe data, o Brasil reage – nem poderia deixar de fazê-lo – aos movimentos do ciclo longo mundial, mas essa reação tem-se revestido de caráter ativo. Assim, quando a economia mundial entra em fase expansiva, o Brasil reage aprofundando seus laços na divisão internacional do trabalho, o que se manifesta pela expansão das exportações e das importações. Entretanto, quando a economia mundial entra em fase recessiva, a economia brasileira volta-se sobre si mesma [...] adotando uma forma de substituição de importações, que também pode ser e o tem sido, uma forma de crescimento adequada ao seu nível de desenvolvimento econômico e social [...] (RANGEL, 1986, p. 30-31).

Neste contexto criaram-se as condições estruturais internas para fazer avançar o processo de substituição de importações, que agora seria o industrial, como alternativa e caminho criado para enfrentar os efeitos negativos do ciclo longo com contração do comércio internacional.

O processo industrial substitutivo de importações foi realizado a partir da emergência da terceira dualidade básica, cujo pacto de poder teve como sócio hegemônico os latifundiários e como sócio minoritário os capitalistas industriais – surgidos com dissidência do sócio maior (os comerciantes de exportações e importações) da segunda dualidade. A terceira dualidade, tanto quanto as precedentes, revelaram que a formação social brasileira é sempre um complexo de modos de produção, expressa para Rangel (1986), na composição das classes dominantes em poder no Estado conformando as dualidades.

E foi sob a hegemonia dos latifundiários articulados com os capitalistas industriais, mas em posição subalterna aos primeiros que se iniciou o processo de industrial de substituição de importações concentradas inicialmente em São Paulo e Rio de Janeiro.

Se por um lado, criaram-se as medidas institucionais para este processo no âmbito do Estado, dando condições ao vigoroso crescimento industrial, por outro lado, não se realizou a Reforma Agrária, mantendo o controle da terra. Mas distinto do que até

então ocorria, o novo pacto de poder colocava ênfase nos interesses agrários ligados ao mercado interno e não mais no latifúndio exportador de café. Tanto que o vigor do desenvolvimento nacional neste período encontra ainda um de seus componentes na expansão da fronteira agrícola, da qual o Norte do Paraná é um capítulo fundamental tanto quanto o Oeste Paulista.

Fundamental porque representou um dos momentos em que houve condições que permitiram à colonos do café e outros trabalhadores tornarem-se pequenos proprietários rurais no norte do estado, afirmando sua ascensão social. Foi um dos momentos e talvez o de maior repercussão positiva para os trabalhadores ascenderem socialmente à condição de pequenos proprietários, porque desde o início do século XX a cada crise que afetava a cafeicultura, a pressão exercida pelos colonos aumentava no sentido de obrigarem fazendeiros a lotearem suas terras e manter permissões aos cultivos intercalares, dentre outros (HOLLOWAY, 1984).

A crise mundial de 1929 como um marco histórico desta fase recessiva afetou fortemente a economia dos fazendeiros produtores de café, especialmente em São Paulo, obrigando-os a encontrarem alternativas para a continuidade de suas atividades. Uma destas foi a implantação de programas e medidas diversas para a sustentação dos preços do café (STOLCKE, 1986). Mas estes tinham na base uma orientação distinta do que vigorava até 1929, pois a partir de então os custos não foram mais arcados pelo Estado, mas pelos próprios cafeicultores. Por outro lado, havia a tentativa dos fazendeiros ampliarem suas produções, mas a partir da retiradas das permissões aos colonos de praticarem as culturas intercalares, dentre outros (HOLLOWAY, 1984).

Estabelecia-se assim, um conflito social entre ambos em que a força dos colonos mostrava-se maior na medida em que poderiam deixar de ser trabalhadores para os fazendeiros e buscarem novas áreas de expansão da frente pioneira. Contribuía ainda, o fato dos colonos possuírem certa quantia em dinheiro obtido a partir da venda de produtos (acrescido aos seus salários) diversos, obtidos tanto pelas culturas intercalares como pela criação de porcos e gado junto ao centro urbano mais próximo.

Nesta conjuntura desfavorável à produção cafeeira e conflito social entre fazendeiros e colonos, ganhou destaque os negócios com a terra, a especulação fundiária que já havia se tornado uma atividade importante na década de 1920 nas frentes pioneiras (MONBEIG, 1984).

Especulação esta que se realizou como uma das formas de obtenção de renda pela classe dos proprietários – que possuíssem terras em áreas onde a frente

pioneira se dirigia e que foram obtidas por caminhos os mais diversos – por intermédio dos loteamentos. Estes eram de um modo geral, a subdivisão de uma vasta gleba de terras, em inúmeros lotes rurais de tamanho pequeno e médio, e para o qual se realizavam vastas atividades como a demarcação dos lotes, a abertura de estradas e garantia jurídica da transação da compra e venda.

Para estes projetos fundiários o grande mercado consumidor foi representado pelos ex-colonos de café que haviam adquirido certa quantia de dinheiro e que era suficiente para garantirem a primeira parcela do pagamento da terra, normalmente um pequeno lote, e ascenderem à condição social de pequenos proprietários rurais. Com o início de suas atividades na propriedade recém-adquirida, geralmente o cultivo de gêneros alimentares e algumas matérias-primas enquanto o café não produzisse, garantiam-se rendimentos para o pagamento de outras prestações.

Foi neste contexto que a CTNP, cuja composição acionária envolvia capital inglês e brasileiro, iniciou o empreendimento fundiário no norte do Paraná a partir de meados dos anos de 1920. Mas o projeto passou a ser efetivado a partir de 1929, em terras que compõe o atual município de Londrina. Para tanto, a CTNP levou a cabo uma série de ações com vistas às condições para a realização do mesmo. Ações estas que envolvem trabalhos topográficos, demarcação dos lotes rurais, abertura de estradas e caminhos expansão da estrada de ferro para atingir suas terras, organização de propagandas associada ao forte número de vendedores e claro, a construção de um núcleo urbano como condição sine qua non ao sucesso do negócio. Núcleo este que foi projetado com planta prévia ao ato de fundação da mesma, para abrigar cerca de 20 a 30 mil habitantes e ofertar os bens e serviços necessários à população, especialmente a rural.

Direcionaram-se para este empreendimento numerosos colonos, em sua maioria do estado de São Paulo, que de posse de seus recursos financeiros realizavam a compra de seu lote mediante entrada e com outras parcelas anuais a serem pagas. Esta venda parcelada dos lotes rurais facilitava o sucesso do negócio e venda muito rápida das terras da CTNP, a ponto de seguirem com os loteamentos em sentido oeste em muito pouco tempo após Londrina.

Mediante posse de terra, os ex-colonos e agora pequenos proprietários rurais – imigrantes de segunda ou terceira geração, especialmente italianos, japoneses, espanhóis, austríacos, alemães, etc. – iniciaram as atividades em seus lotes com o desmatamento preparo da terra, e o cultivo de gêneros alimentícios e algumas matérias-primas como forma de obtenção de rendas destinadas ao pagamento das parcelas.

Isto porque o café, como produto de grande atividade e cuja produção estava no Paraná, diferente do estado paulista, só geraria as primeiras safras após três ou quatro anos de seu plantio. Foi com as rendas auferidas da produção de gêneros alimentícios (arroz, feijão, milho, etc.) e matérias-primas (amendoim, algodão) que boa parte dos lotes rurais foram sendo pagos. Contando com mão-de-obra familiar (exceto nas atividades de desmatamento) e com uma produção destinada ao mercado, milhares de pequenos agricultores se estabeleceram em Londrina dando condições à emergência de uma vigorosa pequena produção mercantil (MAMIGONIAN, 1976).

A vasta produção agrícola tinha como local de comercialização e transporte a cidade, na qual tais serviços foram organizados com vistas a atenderem as demandas dos produtores rurais. Não somente estas, pois outras necessidades também foram sendo atendidas em termos de comércio, prestações de serviços diversos como bancário, médico-hospitalares, religioso, etc., e atividades industriais, representadas inicialmente pelas máquinas de beneficiamento de café, arroz e algodão e serrarias. E é neste tipo de sociedade que estava sendo organizada que encontram-se caminhos para a compreensão do rápido e intenso crescimento da cidade de Londrina.

Neste amplo projeto que estava sendo realizado pela CTNP, deveria ainda estar presente um sistema de transporte efetivo que permitisse a chegada dos futuros compradores e o transporte da produção agrícola que brevemente começaria. Sem essa condição garantida, as vendas teriam dificuldade de se realizar. Não é por outra razão que a CTNP adquiriu a concessão da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná em 1925, cuja construção estava parada em Cambará. E antes que a estrada de ferro fosse estendida até Londrina, organizou um sistema de transposição do Rio Tibagi e de transporte rodoviário de Jataizinho a Londrina, a partir da qual foi criada a Viação Garcia (CID, PELEGRINI, 1990).

A segunda pré-condição para o sucesso do loteamento seria a presença de uma cidade, um núcleo urbano. Sem este o grande número de futuros compradores não se dirigiriam às zonas pioneiras, pois não haveria a garantia de acesso ao mercado consumidor para os produtos cultivados, nem tampouco para a obtenção de bens e serviços indispensáveis à população.

A cidade era condição fundamental do projeto porque ela – mediatizada por agentes sociais diversos - garantia a realização da produção agrícola: na cidade estariam as máquinas de beneficiamento do café, algodão e arroz, a organizar a produção de numerosos pequenos proprietários, que diante da escala de sua produção, não con-

tava com tais máquinas em seu estabelecimento; na cidade estaria o transporte para a produção agrícola, quer fosse para o mercado externo (café) e interno (matérias –primas e produtos alimentares como arroz, feijão, etc; o mesmo transporte ferroviário garantiria a chegada de produtos industrializados principalmente de São Paulo; na cidade estaria o sistema bancário, o comércio multivariado a atender as necessidades básicas e inadiáveis da população rural e urbana.

Desta maneira, fundar uma cidade assumia aspectos bastante distintos em relação àquelas fundadas no Brasil até o último quartel do século XIX. Agora as cidades eram criadas como um empreendimento, tão bem analisadas por Monbeig (1984), ao discutir as zonas pioneiras. Foi neste quadro geral que a cidade de Londrina foi criada. Tanto assim que o primeiro marco histórico da cidade – Marco Zero – corresponde ao local onde foi montado o primeiro acampamento da CTNP, em meio a densa mata latifoliada, composto por funcionários da empresa, técnicos diversos e mateiros, nas proximidades do Córrego Água das Pedras e do atual Terminal Rodoviário. Deste acampamento foram realizados outros levantamentos topográficos e escolhido como sítio inicial da futura cidade, o espigão divisor dos córregos Cambe e Quati, no sentido leste-noroeste, com altitude média entre 570-610 metros (PRANDINI, 1951). Destaca-se aqui o cuidado com a escolha do sítio inicial, que deveria garantir acesso facial a água para abastecimento urbano, mas com relativo distanciamento para evitar a proliferação de doenças. Situação esta bastante conhecida no interior paulista, quando surtos de malária afetaram muitos nascentes patrimônios (nome dado às cidades que estavam sendo criadas nas frentes pioneiras).

Por sobre este espigão iniciou-se a derrubada de 10 alqueires de mata, que deveria abrigar inicialmente um hotel da CTNP - fundamental para alojar os futuros compradores de lotes - seu escritório e a futura cidade (ADUM, 1992). A cidade teve sua planta pré-estabelecida pela companhia, caracterizando-se por um traçado geométrico em forma de tabuleiro de xadrez. O centro desta cidade “[...] teria formato elipsoidal, formando uma área central, no qual deveria se situar a catedral, com quatro praças em arco: a atual Willie Davids, Primeiro de Maio, Gabriel Martins e Sete de Setembro” (CASTELNOU, 2002 a, p. 41). Esta planta realizada por Alexandre Ruscuglaeff, engenheiro da CTNP, definiu

[...] uma área aproximadamente de quatro quilômetros quadrados (aproximadamente 2x2), onde foi criada uma malha ortogonal em forma de xadrez, com ruas orientadas no sentido norte-sul e leste-oeste, com a área central localizada no ponto mais alto do espigão, a aproximadamente 620 metros de altitude, apresentando a igreja matriz ao centro, com praças ao redor” (JANUZZI, 2000, p. 87).

Ao final, uma planta tabuleiro de xadrez, com 250 quadras de 100x100 metros, subdivididas em lotes de 20x24 metros de testada, com ruas de nove metros (CASTELNOU, 2000, p. 40-41). Tamanho rigor para se alcançar os lucros, que as ruas já apareciam com nomes definidos e algumas áreas com uso pré-estabelecidos. No centro da planta “[...] se localizaria a igreja e as praças. Neste eixo central [...] definidos os locais nos quais futuramente se instalariam o colégio e outros prédios públicos. O leito da linha férrea já constava no projeto, mas [...] seguindo paralelamente ao norte do traçado urbano” (TAKEDA, 2004, p. 62).

Esta estruturação foi observada por Müller (1956, p. 89), ressaltando as diferentes áreas ocupadas pelo comércio atacadista, residencial e afirmava a autora que “[...] esse zoneamento relativamente espontâneo, foi, no entanto, indiretamente orientado pela CTNP, devido à diferença de preços”.

Criada para abrigar cerca de 20.000 habitantes, “[...] o projeto urbanístico de Londrina, definia certa especialização das áreas, manifestando concomitantemente à sua criação, as primeiras evidências de segregação urbana [...] estabelecida também uma distinção de valores, conseqüentemente, gerando uma distinção de usos e padrões” (LINARDI, 1995, p. 129).

Para Szmrecsanyi (2003, p. 259), ao discutir pretensas similaridades do projeto urbano de Londrina com a proposta das cidades-jardins, afirma que:

[...] o desenho serve para propaganda, para demonstração, para chamariz; a natureza deve ser destruída e disciplinada, não há metrópoles a ser esvaziada, mais o vazio a ser preenchido; mão são os pobres que se mobilizam, eles são mobilizados pelo capital; a ascensão não é coletiva, é individual; o planejamento regional não brota das necessidades criadas pelo adensamento liberal, mas o adensamento é objetivo do plano para a região. O alvo não é o homem, é a renovação do capital [...].

Tal entendimento ratifica a compreensão de que a criação da cidade é parte integrante do imenso projeto fundiário da CTNP, e como tal, o núcleo urbano deveria prover condições mínimas para atender a ampla população rural. Não é por outro motivo que a companhia criou uma cidade para abrigar cerca de 20 mil habitantes.

Mais uma vez explicita-se que esta cidade que começou a ser construída em 1929, com 250 quadras, foi durante algum tempo, toda a cidade, conforme figura 1. Contudo as relações econômico-sociais estabelecidas em Londrina e em grande parte do Norte do Paraná, foram tão dinâmicas via pequena produção mercantil, que rapidamente o plano urbano foi ultrapassado, oriundo das primeiras incorporações de terras de uso rural ao urbano, por meio de loteamentos não controlados pela CTNP.

Segundo Prandini (1952, p. 66), em 1936 foi criada a primeira vila, a Agari e em 1939 a Vila Casoni e a partir de então se sucederam vários novos loteamentos, quase todos ao norte e a leste da cidade, ao mesmo tempo em que a autora afirmava que em 1952, cerca de 30% da área urbana eram vazios, pois seus preços eram mais elevados.

Embora esteja sublinhado um processo de segregação urbana a partir do diferencial de preços dos lotes ou datas, o fato é que rapidamente a cidade foi sendo expandida em termos físico-territoriais e populacionais, de modo a constituir sua área central.

A construção da área central deve ser entendida como um duplo percurso: o primeiro de construir fisicamente a cidade, isto é, desmatar, dividir os lotes, abertura de ruas, edificação dos prédios, casas, etc. Esse foi um percurso que demandaria algum tempo até que o nascente patrimônio tomasse forma. E o segundo diz respeito aos processos que gerariam a centralidade e a conformação da área central.

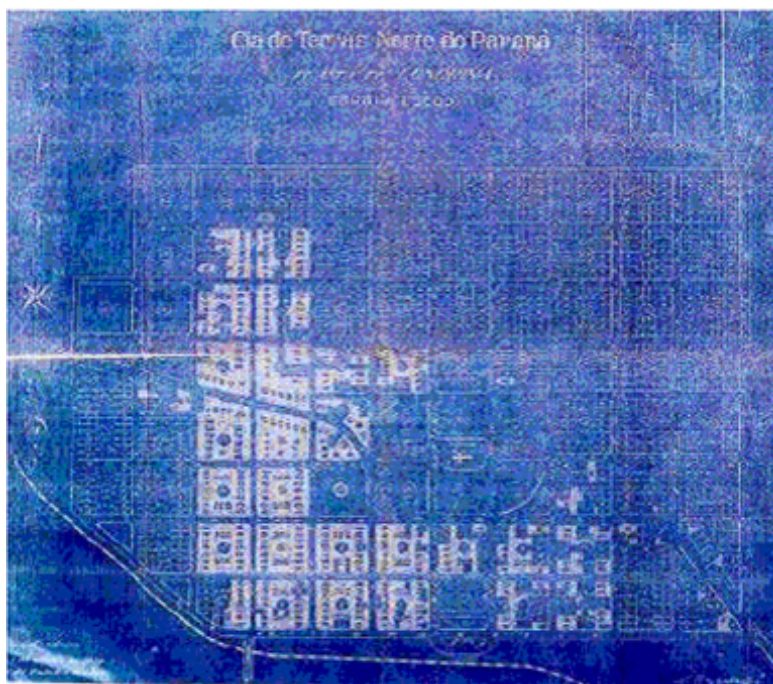


Figura 1: Planta Urbana de Londrina, desenhada em 1932.
Fonte: Museu Histórico Padre Carlos Weiss.

ÁREA CENTRAL DE LONDRINA: FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO

De modo geral, a área central de uma cidade capitalista, corresponde a uma parcela da cidade que concentra a maioria das atividades comerciais, financeiras e prestadoras de serviços. A área central ou centro enquanto denominação mais usual, tornou-se tal a partir da “[...] evolução e sucessão de vários processos que no decorrer do tempo, acabaram por dotar esse setor do espaço urbano de funções, atividades e fluxos que a tornaram área central” (TAKEDA, 2004, p. 21).

Esses processos que no sistema capitalista tornaram um setor da cidade em área central, vinculam-se inicialmente ao transporte, que garante a acessibilidade, a realização de inúmeras ligações e fluxos de pessoas, mercadorias, idéias, etc. e que permitiram segundo Corrêa (1989, p. 39), o aparecimento da área central oriunda da centralização dada pelo transporte.

Este criou vantagens locacionais para uma crescente concentração de atividades comerciais e prestadoras de serviços, que passaram a ter seus lucros maximizados; criou um mercado de trabalho para grande número de trabalhadores, demandando melhoria no transporte intra-urbano e garantiu ao mesmo tempo, vantagens para aumento do número de atividades face ao grande fluxo de consumidores (de diferentes classes e frações sociais).

Assim,

[...] quanto mais se acentua a divisão social do trabalho, mais capital se concentra, o que quer dizer especialização dos lugares, mas também um lugar de concentração que é o centro, uma área no interior da cidade onde a circulação e as trocas de mercadoria e do dinheiro vão se realizar rapidamente, um lugar de estímulo ao próprio consumo de bens e serviços (SPOSITO, 1991, p. 7).

Entendido desta maneira, a área central de uma cidade se caracteriza, segundo Corrêa (1989, p. 40-41) por apresentar um uso intensivo do solo, especialmente de atividades terciárias que conseguem arcar com o elevado preço do solo; uma ampla escala vertical, isto é, concentração de muitos edifícios altos; limitada escala horizontal, ou seja, de dimensão físico-territorial relativamente pequena, permitindo ser percorrido a pé; limitado crescimento horizontal pois não é possível aumentar o centro; concentração diurna já que não é uma área residencial; lugar dos transportes intra-urbanos e área de decisões, onde estão as sedes de empresas, escritórios diversos, muitas instituições do Estado.

A figura 2 constituiu a planta original de Londrina criada em 1932. Ao longo de toda a década de 1930, pode-se afirmar que foi o período da construção inicial da cidade e dos primeiros elementos que contribuiriam para a formação da área central. Mesmo tendo sido elevada à condição de sede municipal em 1934, somente um ano depois foi garantida a acessibilidade com a chegada do primeiro trem, cujo traçado tinha sido previamente colocado na planta urbana. Outros elementos que futuramente garantiriam a centralidade como a igreja, a sede da prefeitura, câmara dos vereadores, fórum, o escritório de vendas da CTNP, criação dos pontos de carros de aluguel, etc. localizavam-se nas imediações da atual praça Willie Davis, e ainda estavam em construção. As atividades terciárias também estavam sendo implantadas e já se denotava localização orientada pela CTNP, acorde a um padrão de estabelecimento de áreas com funções definidas, similar aos zoneamentos funcionalistas do planejamento urbano. Segundo Takeda (2004, p. 76)

O comércio mais fino e sofisticado da cidade instalou-se na atual praça Willie Davis, ao longo da Avenida Paraná, entre as avenidas Duque de Caxias e Pernambuco, além de alguns trechos da Rua Sergipe. Já as casas bancárias e algumas repartições públicas localizavam-se na Rua do Comércio, atual Benjamim Constant. As necessidades básicas da população, bem como aqueles estabelecimentos mais modestos que atendiam a população de menor poder aquisitivo encontravam-se mais próximos à ferrovia e estação ferroviária.

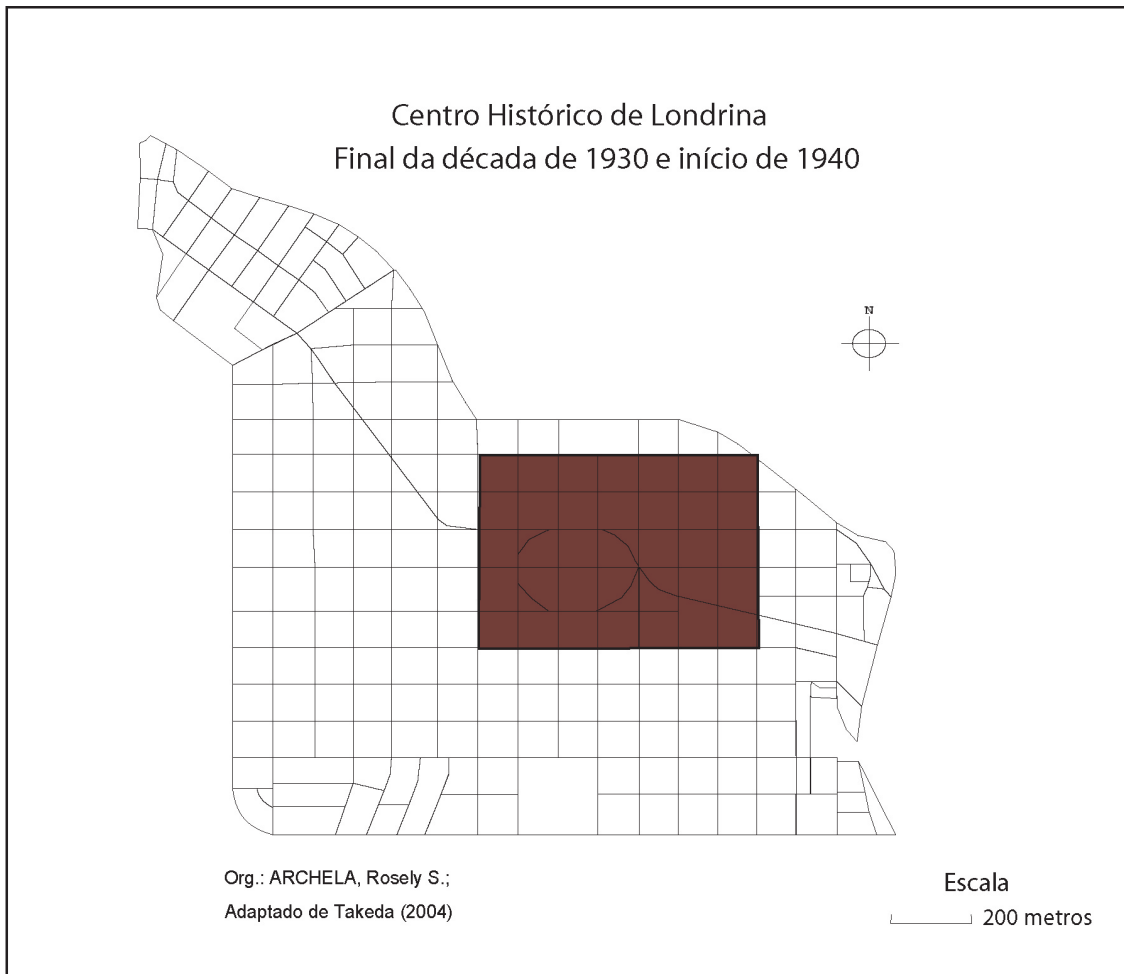


Figura 2: Área Central de Londrina no final dos anos de 1930 e início dos anos de 1940.

Desta forma, a figura demonstra onde estavam sendo localizadas na década de 1930, as atividades terciárias no que seria a área central de Londrina.

Ao longo da década de 1940, a construção da cidade e de sua área central foi continuada com a instalação de inúmeras atividades comerciais e prestadoras de serviços que iam desde a presença das Casas Pernambucanas, Lojas Philco, Agência Chevrolet, Distribuidora Chrysler, etc. passando por importantes estabelecimentos comerciais atacadistas, pelos inúmeros bancos, por serviços diversos, incluindo radiodifusão, telefonia, etc. (LINARDI, 1995). Essas atividades eram na realidade, uma das formas através das quais, Londrina, mediatizada por agentes sociais diversos, se colocava como centro urbano mais dinâmico e importante do Norte do Paraná, cuja influência se estendia tanto para a zona pioneira em avanço – sentido oeste - como para as áreas previamente ocupadas no denominado Norte Velho ou Pioneiro.

À exceção dos bancos e de filiais de redes comerciais nacionais, o terciário era implantado por pessoas que haviam se instalado na cidade há pouco tempo, iniciando seus negócios com poucos recursos, a atender uma demanda concentrada principalmente no campo. É deste setor produtivo que auferia-se rendas significativas não só pelo café, mas também de culturas alimentícias e matérias-primas diversas, permitindo-se entender uma das razões da rápida prosperidade econômica de Londrina. Mais ainda, ao longo da década de 1940, foram reforçadas as atividades econômicas a atender diferentes classes sociais.

Em 1944, a cidade – incluindo a zona suburbana onde estavam localizadas as vilas – perfazia 3.709 edificações; em 1947 atingiu 5.025 e em 1950 totalizou 6.214 construções. E foi neste período que o crescimento ultrapassou os limites do perímetro urbano – coincidente com a delimitação dada pela planta urbana original. Tal expansão foi marcada pelas vilas que em 1947 já somavam o total de 53 (PRANDINI, 1952, p. 66-67).

Estas vilas estavam localizadas quase todas ao norte e leste da cidade [...] não obedecendo seu traçado a nenhuma técnica urbanística [...] (e) ao mesmo tempo que a cidade ia se espalhando, a área propriamente urbana (correspondendo ao plano original) permanecia com quadras inteiramente vazias, pois eram mais caras (até hoje cerca de 30% das áreas urbanas são áreas vazias) (PRANDINI, 1952, p. 66).

A expansão ocorria de modo rápido e desordenado, urbanisticamente falando, já que não seguia as linhas básicas do plano original, e tão intensa se tornava a comercialização de novos lotes e a criação de vilas, que o poder público local proibiu, em 1948, “novos loteamentos nas adjacências da cidade” (PRANDINI, 1952, p. 66).

Não se pode deixar de registrar a influência da II Guerra Mundial para a dinâmica do crescimento da cidade, que implicou na redução do número de loteamentos registrados na Prefeitura Municipal de Londrina no intervalo de 1939-1945. Após o encerramento do conflito, da retomada das exportações de café, gêneros alimentícios e matérias-primas, a expansão urbana voltou a ser acelerada, registrando, no ano de 1946, a aprovação de cinco loteamentos; em 1947 de 16 loteamentos (LINARDI, 1995, p. 187).

Para Linardi (1995, p. 151), a produção da cidade ao longo das duas primeiras décadas, foi acompanhada de uma forte perspectiva de exigir o novo, o moderno, seja na forma ou na essência, a explicitar de nosso ponto de vista, a ascensão social daqueles que para cá vieram. E isto ganhou relevo ao longo dos anos de 1950, podendo-se inclusive adjetivar essa década em Londrina, como sendo os “anos dourados”.

Isso porque a produção agrícola atingiu um de seus patamares produtivos mais elevados, transformando a cidade em “capital mundial do café” e sede regional da Central de Classificação do Algodão. Na condição de maior exportadora de café do estado do Paraná e do Brasil (alcançada graças ao eficiente sistema de coleta e reexportação da produção de outros municípios próximos a ela), o movimento econômico em torno deste produto era elevado: na arrecadação municipal, estadual e federal; nas rendas obtidas por seus produtores -predominantemente pequenos e médios- comerciantes e transformadores (os maquinistas para usar a expressão clássica); na expansão dos serviços de transporte, incluso o aéreo e rodoviário; no forte movimento bancário, etc. (LINARDI, 1995).

Esta fase de intensa prosperidade econômica criou condições vantajosas para a reestruturação urbana: pela afirmação de um zoneamento; da regulamentação mais rígida da cidade pelo poder público local; da contínua expansão físico-territorial da mesma; da construção de inúmeras obras públicas e privadas em direção a modernidade; da implantação e expansão de serviços públicos como saneamento, telefonia, eletrificação, pavimentação, etc.; da ampliação e sofisticação do terciário, dentre outros.

Foi também o momento em que a área central de Londrina teve sua afirmação e constituiu-se o Central Business District – CBD. Quando se diz que houve afirmação, significa que todo o percurso a construir a centralidade, mediante implantação de inúmeras atividades, estava pronto para aquele momento. Tanto que Takeda (2004) como Linardi (1995), deixam claro que esta afirmação da área central tratava-se muito mais da mudança da forma do que das funções, isto é, foi o momento de dar à área central a aparência de cidade moderna, e que foi acompanhada de certa diversificação e sofisticação do terciário.

A figura 3 demonstra a abrangência da área central na década de 1950. O CBD corresponde em linhas gerais, ao núcleo da área central onde estão localizadas as atividades que concentram e exercem maior força de centralidade, como a financeira e comercial, que suportam pagar o elevado preço do solo, e várias de gestão pública.

Nesse momento, a avenida Paraná foi tornada a localização privilegiada do setor financeiro (antes na atual Benjamin Constant) e do comércio e serviços mais sofisticado. A rua Benjamin Constant concentrou atividades ligadas a comercialização da produção agrícola, enquanto o comércio popular ficou na rua Sergipe. Nas imediações da ferrovia concentrou-se elevado número de hotéis e restaurantes a atender as pessoas que chegavam à cidade. O comércio atacadista concentrava-se então na atual

rua Quintino Bocaiúva e trecho da avenida Celso Garcia Cid, enquanto outras atividades ligadas ao sistema rodoviário em expansão, como oficinas mecânicas, funilarias, postos de gasolina, etc. ficavam em parte da Duque de Caxias e depois da pavimentação da BR 369, em meados da década de 1950, foram transferidas para a rua Guaporé, que tornou-se a principal via de acesso à cidade.

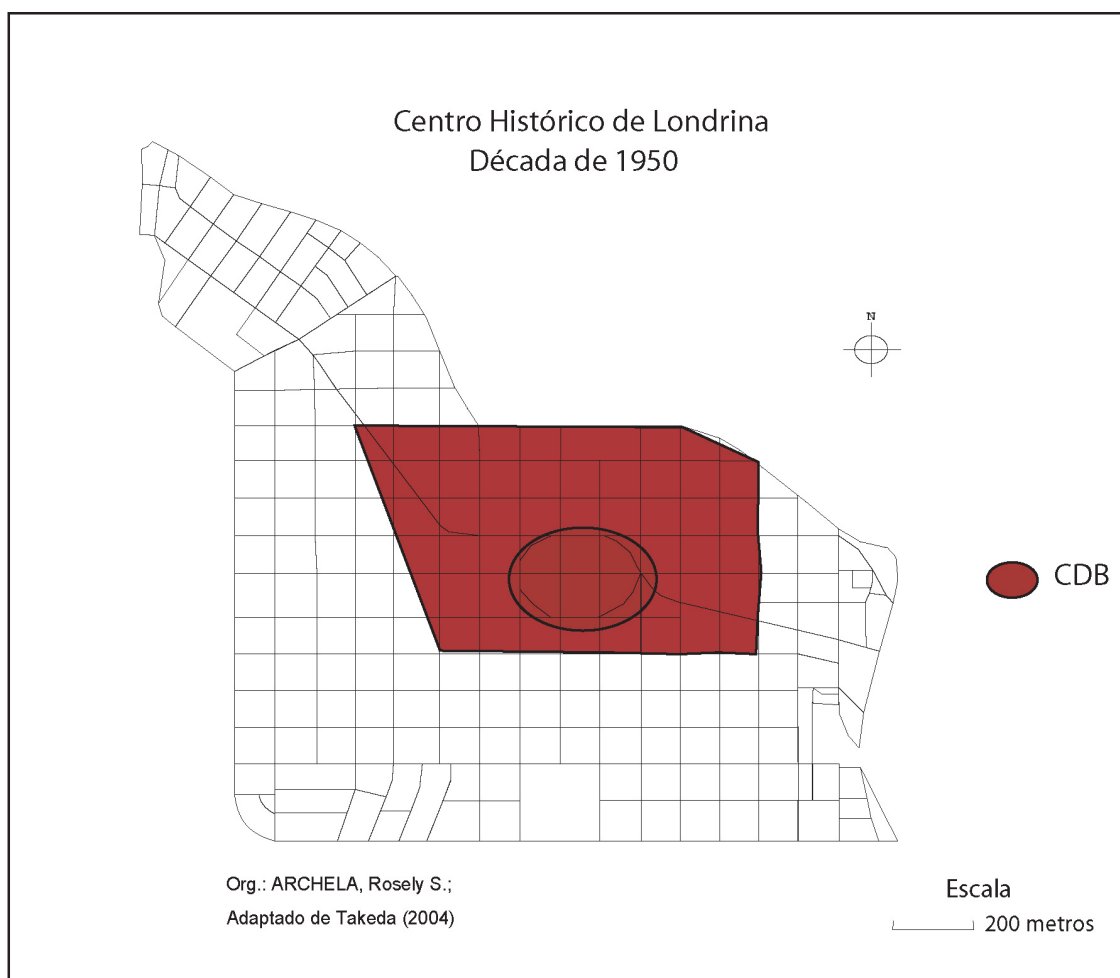


Figura 3: Área Central de Londrina nos anos de 1950.

Mas foi na questão da dotação de edificações imponentes na área central que ocorreram as mais visíveis mudanças, por intermédio de novas construções que representavam é claro, o poder em suas múltiplas dimensões. A primeira foi a Catedral, que em 1938, foi iniciada as obras para a substituição da primeira (em madeira e cuja réplica em tamanho menor pode ser vista na UEL) e concluída em 1950; seguida pelo Edifício do Fórum da Comarca, inaugurado em 1950; da construção da estação ferroviária

(1950); da estação rodoviária (1952); do Cine Teatro Ouro Verde (1952); do calçamento das ruas da cidade; da expansão da oferta de saneamento básico; da construção dos primeiros edifícios altos da cidade como o Santo Antonio, concluído em 1950 com 11 pavimentos, o Autolon em 1951 com 6 pavimentos, o Sahão em 1952 com 9 pavimentos, o Monções com 9 pavimentos em 1953. O destaque foi o Centro Comercial composto por três edifícios altos com 18 pavimentos cada, concluído em 1955. A presença desses edifícios chamou a atenção de Prandini (1952, p. 61) ao afirmar que os mesmos não poderiam ser entendidos “[...] como indício da falta de espaço, mas atestando a riqueza da cidade e sua chegada a uma base de princípio de maturidade”.

Ao mesmo tempo em que os edifícios altos representavam uma das formas de reinvestimentos de lucros e rendas de atividades diversas, acabaram por dar uma fisionomia peculiar a novíssima cidade de Londrina, contrastando-se com pequenas casas de madeira ainda presentes (PRANDINI, 1952). Contudo, foi nessa década que se consolidaram processos de tornar esse setor da cidade em área central.

Isto porque levou-se vinte anos para produzir a cidade de modo mais consistente, isto é, de ocupar a área com edificações as mais diversas que pudessem ser ocupadas por atividades que representassem funções do que se considerava área central naquele momento. Em outras palavras, estava-se produzindo formas urbanas que pudessem exercer funções emanadas do movimento geral da sociedade, mediatizadas por processos conforme Santos (1985), que explicitava as inúmeras possibilidades de utilizar-se estas categorias de análise. A área central era a forma através da qual exercia funções de atendimento de demandas diversas, representadas pelo comércio varejista, atacadista, serviços diversos, especialmente o transporte, bancário, religioso, jurídico e político via prefeitura, câmara dos vereadores, fórum, cultural e de lazer com teatro, cinema, dentre outros. Era ainda o local de residência de parcela da elite local que investia seus lucros e rendas na produção de edificações horizontais e verticais de modo a atestar sua ascensão social. Isto porque essa parcela da classe social havia se tornado elite no contexto de prosperidade da pequena produção mercantil. Ao mesmo tempo a elite demandava do poder público local as melhorias necessárias para a cidade e sua área central de modo a colocá-la na modernidade, conforme Linardi (1995) nos explicava.

Ao longo do período 1960-1980, inúmeros processos emanados do movimento da sociedade, incidiram em Londrina e em todo o Norte do Paraná que afetaram de maneira intensa a cidade e sua área central. A começar pelas transformações na base produtiva agrícola em direção à implantação de uma agricultura moderna, carregada de ciência e técnica, com introdução de novos cultivos para o atendimento de

demandas do mercado externo, articuladas a produção e reprodução do capital industrial. Contou com forte apoio estatal para implantação dessa agricultura moderna, mecanizada e tecnicizada, com repercussões imediatas sobre a propriedade fundiária em direção à sua concentração. Nesse contexto, a força de trabalho também foi afetada com a liberação de grande contingente populacional empregado na zona rural. O êxodo rural foi intensificado, e as pessoas tiveram como principais destinos às cidades maiores do norte do estado e claro para Londrina. De uma população urbana de 33.707 habitantes em 1950, atingiu 163.871 habitantes em 1970 e em 1980, 257.874 habitantes (IBGE, 1950-1980).

A repercussão imediata desse crescimento populacional urbano foi a expansão físico-territorial da cidade, com incorporação de áreas de uso rural ao urbano mediante aumento do número de loteamentos, da forte oferta de conjuntos habitacionais pela Cohab-Ld, etc. Entre 1960-1970, a expansão da cidade teve um acréscimo de 1835 ha, totalizando 3179 ha na última data, para alcançar 5774 ha em 1980 de área ocupada pela cidade (FRESCA, 2001).

Ao mesmo tempo, esse forte crescimento populacional e físico-territorial de Londrina, desencadeou mudanças e propostas em direção a um novo ordenamento da cidade e da área central, como caminho a produzir novas condições para atendimento de requisitos do capital privado. Principiando pelo Plano de Desenvolvimento Urbano – PDU – elaborado em 1968 e aprovado na década seguinte, inserido no contexto da elaboração dos planos diretores estimulados pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, que tornou-se uma proposta de ordenamento racional e tecnocrático da cidade.

O PDU de Londrina foi caracterizado pelo zoneamento da cidade em áreas residenciais, industriais, comerciais e diversas (que era na realidade uma adaptação mais estruturado do que já existia) e estabeleceu inúmeras propostas para alcançar a racionalidade dos usos da cidade. Com relação a área central de Londrina, o PDU em 1968 fez as seguintes propostas: revitalização do Bosque (que foi transformado em terminal urbano); reformulação das praças da área central; criação de novo paço municipal, que na realidade era um centro cívico congregando os três poderes; realocação da estação rodoviária para outro lugar; construção de uma plataforma para abrigar a estação ferroviária e permitir a transposição da mesma pelos pedestres; transformação da rodoviária em terminal urbano, etc.

Essas propostas em realidade só começaram a ser implantadas a partir de meados da década de 1970, não em sua totalidade, já que a dinâmica das transformações econômico-sociais que repercutiam diretamente na área central, impuseram várias alterações nas mesmas.

De um modo geral, o poder público local foi o responsável pela implantação de inúmeras obras que criaram condições para a construção de uma outra etapa da centralidade em Londrina com inúmeras mudanças na área central. Obras essas ligadas a infra-estrutura que permitiram melhorar os fluxos em direção a e na área central: a transposição da linha férrea para a porção norte da cidade em meados dos anos de 1970; a construção do centro cívico às margens da barragem do Lago Igapó: em 1977 foi inaugurada a Câmara dos Vereadores, em 1982 a Prefeitura e em 1983 a sede do Fórum, concluindo a transferência do poder executivo, legislativo e judiciário da área central; a construção de uma outra estação rodoviária, concluída em 1988; conclusão das obras da avenida Arcebispo Don Geraldo – avenida Leste Oeste; construção do terminal urbano de transporte coletivo em 1988; implantação dos pontos de parada das linhas de transporte inter-regional junto a Leste Oeste, ao lado do terminal urbano, etc (TAKEDA, 2004).

Articulada a essas obras e até certo ponto vinculada às propostas do PDU de 1968, outras mudanças foram realizadas em direção à revitalização da área central. Principiando pela implantação do calçadão de Londrina, ao longo da avenida Paraná em 1977; a revitalização do Bosque Municipal; destinação de novos usos às edificações antes ocupadas pela Prefeitura, Fórum e Câmara dos Vereadores que respectivamente passaram a abrigar um banco privado (Bradesco), a Biblioteca Pública Municipal e o Teatro Zaqueu de Melo; a sede da estação ferroviária foi tornada Museu Histórico em 1986; a anterior estação rodoviária também foi tornada Museu de Arte em 1993; revitalização das praças da área central, etc.

Importante ainda foi a construção de outra edificação para abrigar a Catedral, inaugurada em 1972. Todas essas obras acabaram por garantir condições necessárias a outra acessibilidade à área central e articulação desta, com outras áreas da cidade, bem como criou condições para a intensificação dos fluxos de pessoas na mesma, com o intenso processo de verticalização da área central a partir de meados da década de 1980.

Neste contexto de mudanças, a área central passou a ocupar uma extensão maior que em 1950, bem como o CBD conforme figura 4. O que até os anos de 1950 era considerado toda a cidade de Londrina passou por forte e rápido crescimento físico e populacional, enquanto a área central também passou por mudanças em suas funções em direção a uma outra centralidade. De acordo com Corrêa (1989), a área central de uma cidade não apresenta possibilidade de crescimento em sua dimensão horizontal, haja vista que o entorno também vai sendo ocupado por atividades diversas. Contudo, Londrina apresentou-se bastante diversa na medida em que a área central pode ser expandida mediante duas possibilidades: a primeira foi um intenso processo de sub-

stituição de edificações com uso residencial no entorno imediato da então área central para uso comercial e/ou de serviços, isto é, prática comum foi a destruição de casas de madeira e pequenas edificações em alvenaria das décadas de 1930/1940, para serem substituídas por prédios e outras construções modernas a serem utilizadas para atividades correntes de uma área central; a segunda possibilidade foi a transformação de vários imóveis de uso residencial da elite em imóveis para uso comercial e prestador de serviços. Ambas permitiram que a área central entre 1950-1970 pudesse ser ampliada horizontalmente. Mas não foi uma expansão com uso exclusivo de atividades comerciais e de serviços, porque a moradia continuou a ser um uso muito freqüente na área central, principalmente mediante edifícios altos. Isto permitiu em parte que a área central de Londrina não passasse por processos de formação de cortiços.

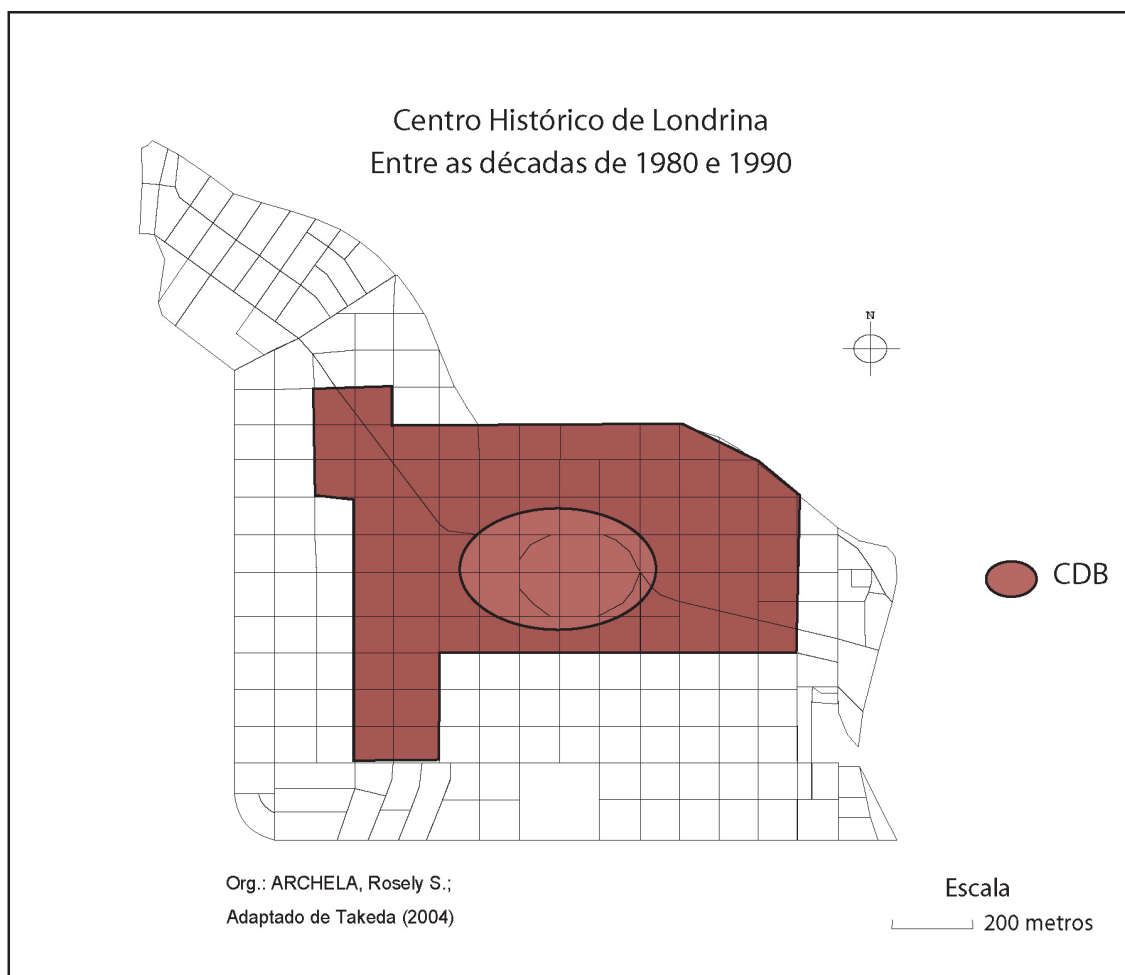


Figura 4: Área Central de Londrina nos anos 1980/1990.

Evidentemente que quando se estabelece essa porção da cidade como sendo a central, não significa que seu uso seja exclusivamente comercial, mas é nela que se tem a grande concentração das atividades comerciais e prestadoras de serviços, contrariando até certo ponto as teorias e teorizações de que as áreas centrais das cidades apresentam-se sem uso residencial. Vale explicitar que até mesmo no CBD, concentrado prioritariamente ao longo da avenida Paraná, tem-se uso residencial verticalizado. Ao longo dos anos de 1960 foram construídos vários edifícios altos com fins residenciais na citada avenida, que até os dias atuais tem esse uso, embora tenha havido complexificação em relação a seus ocupantes, atualmente representados tanto por pessoas de maior poder aquisitivo como por estudantes universitários que beneficiam-se com a acessibilidade, alguns antigos moradores atualmente representados por aposentados, jovens famílias, dentre outros. Até o final da década de 1980, a área central de Londrina desempenhava as mais importantes funções e garantido à aquela área a centralidade, pois era nela que estava o comércio e os mais diversos serviços, exceto é claro àqueles do poder executivo, legislativo e judiciário que foram transferidos para o centro cívico.

Contudo, ao longo da década de 1990 e início do século XXI ocorreram várias alterações na centralidade de Londrina, a começar pela implantação de um shopping-center, que passou a representar outra centralidade. Este shopping-center localizado na porção sudoeste da cidade, com expressivo número de lojas, de lojas-âncoras, de filiais de redes nacionais e regionais, de cinema, etc, tornou-se o maior do Norte do Paraná atraindo consumidores de vasta área norte-paranaense e oeste do estado de São Paulo. Na medida em que este shopping tornou-se um importante local de consumo, a área central passou por certas modificações no comércio mais sofisticado e de seus consumidores; ocorreu um progressivo aumento de estabelecimentos comerciais direcionados à população de menor poder aquisitivo mediante venda em grande quantidade de produtos de preços mais acessíveis, garantindo lucros para o pagamento de elevados aluguéis na área central.

Outra transformação ligada à centralidade em Londrina refere-se a formação de um subcentro na Avenida Saul Elkind. Esta avenida está localizada no extremo norte da cidade - atravessando-a por todo sentido leste-oeste - e teve sua abertura em meados dos anos de 1970, como eixo principal de transporte urbano na área onde estavam sendo construídos vários conjuntos habitacionais. Da condição de uma avenida onde foram implantadas por moradores da área, atividades comerciais para o atendimento das mais básicas necessidades – mercearias, bazar, bares, pequenas lojas de roupas e calçados, etc. – tornou-se hoje um importante sub-centro onde encontram-se

os mais variados tipos de comércio e serviços, incluindo-se filiais de redes nacionais de eletrodomésticos, móveis, perfumes, agências bancárias, caixas eletrônicos, cartório, filiais de supermercados de rede regional e local, e inicia-se a construção de um shopping-center associado à rede de supermercado Super Muffato. Esta expansão das atividades comerciais encontra uma de suas razões nas sucessivas alterações no padrão de consumo articulado ao poder aquisitivo, demonstrando que na porção norte da cidade há um mercado consumidor potencial para atividades diversas. Esta nova área comercial também impôs modificações na área central de Londrina com redução de parcela de seu mercado consumidor, haja vista que não há mais necessidade de deslocamento dos moradores da zona norte ao centro para satisfazerem suas necessidades.

Com isto a área central de Londrina passou a exercer uma outra centralidade, muito mais ligada ao atendimento de uma parcela da população de menor poder aquisitivo; mas continua ainda a exercer importante papel ligado ao sistema financeiro mediante presença de regionais como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, além das agências centro dos inúmeros bancos presentes na cidade; de filiais de redes nacionais de venda de móveis e eletrodomésticos, dentre outros.

Desta maneira, a área central enquanto forma continua a mesma, mas a centralidade por ela representada passou por profundas modificações qualitativas em direção a uma certa redução de sua força mediante presença de shopping-center e subcentro. Processo este que está articulado às imposições do consumo de massa, as alterações sucessivas no poder de consumo das classes sociais e suas frações, aos interesses dos agentes produtores do espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica da produção da cidade brasileira no início do século XXI ainda é tema para realização de inúmeras pesquisas, tendo em vista os processos que impõem rápidas e intensas mudanças. Não está esgotada a temática da área central e da centralidade no Brasil, principalmente em cidades relativamente novas como é o caso de Londrina onde a produção da cidade intensifica-se a cada dia. A produção do espaço urbano, faz parte do processo de produção capitalista, está inserido na lógica da acumulação capitalista. Refletir a área central e a centralidade de uma cidade significa inseri-la no contexto da produção capitalista do espaço urbano, onde articulam-se ações, práticas e interesses de agentes imobiliários, proprietários fundiários, poder

público local, incorporadoras, empresas comerciais de grande porte nacional e internacional. Mais ainda, significa entender a contínua reestruturação do espaço urbano tornado mais complexo mediante avanços na divisão social do trabalho, com formação de vários núcleos secundários ou subcentros (CORRÊA, 1989) a impor novas centralidades de diferentes importâncias e papéis.

Assim entendido, registra-se aqui a necessidade de se realizar novos estudos sobre a área central de Londrina e a centralidade. Sugere-se primeiramente entender as razões da área central londrinense continuar a ser local de residência para distintas classes sociais. Seria o arraigamento a esta porção do espaço urbano? Ou o fato deste ainda apresentar amenidades socialmente produzidas que resulte em localização privilegiada? Sugere-se ainda, pesquisas sobre as diferentes áreas que exercem centralidade em Londrina, isto é, necessário pesquisar se os subcentros competem entre si e em que níveis isto se realiza.

REFERÊNCIAS

- ADUM, S. M. L. S. *Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina – 1930-1960*. Dissertação (Mestrado em História) – Unesp, Assis.
- CANDOTTI, E. A. *Memórias da cidade: Londrina 1930/1960*. 1997. Monografia (Especialização em História) – UEL, Londrina.
- CASTELNOU, A. *Arquitetura londrinense: expressões de intenção pioneira*. Londrina: A . Castelnou, 2002 a.
- CASTELNOU, A. *Arquitetura Art Déco em Londrina*. Londrina: A . Castelnou, 2002.
- CERNEV, J. (org). *Memória e cotidiano: cenas do Norte do Paraná: escritos que se recompõem/IPAC*. Londrina: MEC/SESU, 1995.
- CID, C. G.; PELEGRINI, D. *No tempo do seo Celso*. Londrina: Gráfica Ipê, 1990.
- CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.
- FRESCA, Tânia Maria. *Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina*. *Geografia*, Londrina, v. 10, n.1, p. 27-34, 2001.
- GOMES, A. M. (org). *Álbum do município de Londrina*. [s. n.], 1938.
- HOLLOWAY, T. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo – 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984.
- JANUZZI, D. C. R. *Avaliação de áreas públicas do centro da cidade de Londrina*. 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – FAU/USP, São Paulo.
- LINARDI, C. *Pioneirismo e modernidade: a urbanização em Londrina – PR*. 1995. Tese (Doutorado em Geografia) – USP, São Paulo.

- MAMIGONIAN, A. O processo de industrialização em São Paulo. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 50, p. 85-102, 1976.
- MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MULLER, N. L. Contribuição ao estudo do norte do Paraná. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, . 22, p. 55-97, 1956.
- PRANDINI, Neide. Aspectos da geografia urbana de Londrina. ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, 1951/1952. Anais... v.6, t. 1, 1951/1952.
- RANGEL, I. Economia: milagre e anti-milagre. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1986.
- SILVA, W. R. Descentralização e redefinição da centralidade em e de Londrina. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Unesp, Presidente Prudente.
- SILVA, W. R. Para além das cidades: centralidade estruturação urbana: Londrina e Maringá. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Unesp, Presidente Prudente.
- SZMRECSANYI, M. I. O modelo das cidades-jardins no norte do Paraná. In: SZMRECSANYI, M. I.; ZANI, C. (org). Arquitetura e cidade no norte do Paraná. São Paulo: FAUUSP/UEL, 2003.
- SPÓSITO, M. E. B. O centro e as novas formas de expressão da centralidade urbana Revista de Geografia, São Paulo, n. 10, 1991.
- STOLCKE, V. Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasileira, 1986.
- TAKEDA, M. As transformações da área central de Londrina: uma outra centralidade. 2004. Monografia (Bacharelado em Geografia) – UEL, Londrina.

